

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS  
ACADEMIA REAL MILITAR  
(1811) CURSO DE CIÊNCIAS  
MILITARES**

**Rafael de Paula Silva**

**O PODER DE POLÍCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS REGIÕES DE  
FRONTEIRA DO CMO CONTRA ILÍCITOS**

**Resende**

**2023**

	<b>APÊNDICE II AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA E EXTENSÃO ACADÊMICAS NA AMAN</b>	<b>AMAN 2023</b>
<b>TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL</b>		

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

**TÍTULO DO TRABALHO: O PODER DE POLÍCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS REGIÕES DE FRONTEIRA DO CMO CONTRA ILÍCITOS**

**AUTOR: RAFAEL DE PAULA SILVA**

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

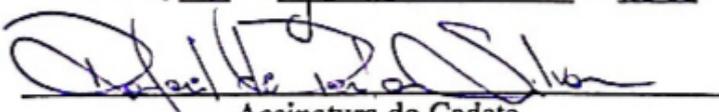
Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 16 de junho de 2023

  
Assinatura do Cadete

Dados internacionais de catalogação na fonte

S586p SILVA, Rafael de Paula

O poder de polícia do Exército Brasileiro nas regiões de fronteira do CMO contra ilícitos / Rafael de Paula Silva – Resende; 2023. 38 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Thalles Willian Gonçalves Da Silva  
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Tráfico de drogas. 2. Contrabando. 3. Crimes transfronteiriços. 4. Poder de polícia. 5. Ações subsidiárias do Exército. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

**Rafael de Paula Silva**

**O PODER DE POLÍCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS REGIÕES DE  
FRONTEIRA DO CMO CONTRA ILÍCITOS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Orientador(a): Thalles Willian Gonçalves da Silva

**Resende  
2023**

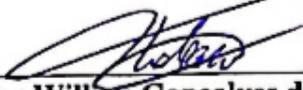
Rafael de Paula Silva

**O PODER DE POLÍCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS REGIÕES DE  
FRONTEIRA DO CMO CONTRA ILÍCITOS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Militares.

Aprovado em 16 de junho de 2023:

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
**Thalles Willian Gonçalves da Silva, 1º Tenente**  
(Presidente/Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
**Luan Silva Furlan, 1º Tenente**

  
\_\_\_\_\_  
**Luiz Eduardo Solano Silva, 1º Tenente**

**Resende  
2023**

Dedico este trabalho à minha querida mãe Sandra Marta, exemplo de mulher guerreira e de fibra que me ensinou a ter fé mesmo nos momentos de dor. Sei que, apesar de não estar presente fisicamente, ilumina os meus passos e orienta minhas decisões e, espero, um dia, novamente, poder encontrá-la.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente a Deus, por ter me guiado até aqui, dando-me força e discernimento ao longo do caminho trilhado na AMAN e que, deste modo, eu pudesse estar concluindo meu maior sonho, me tornar oficial do Exército Brasileiro.

Agradeço também a minha família, principalmente meu pai e meu irmão, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando em todos os momentos, sejam eles bons ou ruins. Vocês são os principais responsáveis por hoje eu me sentir realizado.

À minha querida noiva Larissa Barros, por compartilhar comigo os melhores e piores momentos da formação, sendo meu porto seguro quando necessário, assim tornando o fardo mais leve e possível de ser carregado.

## RESUMO

### O PODER DE POLÍCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS REGIÕES DE FRONTEIRA DO CMO CONTRA ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS

AUTOR: Rafael de Paula Silva

ORIENTADOR: Thalles Willian Gonçalves da Silva

O contrabando e o tráfico de drogas, assim como outros crimes transfronteiriços, são problemas enfrentados pelos Estados atualmente, capazes de afrontar sua soberania, em especial as regiões de fronteira. Partindo desse cenário, o presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de apresentar o poder de polícia do Exército Brasileiro nas regiões de fronteira do CMO contra ilícitos transfronteiriços. Por meio de pesquisas em documentos, manuais, trabalhos científicos, buscou-se compreender a importância do emprego do poder de polícia nessa região. A região de fronteira do Brasil e Bolívia recebeu um maior destaque, em função de suas características geográficas e psicossocial, que impõem algumas dificuldades na fiscalização dessa fronteira. Buscou-se, por fim, apresentar as formas de atuação do Exército e os resultados alcançados, de forma a se chegar a uma conclusão acerca da real efetividade do emprego de poder de polícia na região contra os crimes de tráfico de drogas e contrabando.

**Palavras-chave:** tráfico de drogas; contrabando; crimes transfronteiriços; poder de polícia; ações subsidiárias do Exército.

## ABSTRACT

### O PODER DE POLÍCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS REGIÕES DE FRONTEIRA DO CMO CONTRA ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS

AUTHOR: Rafael de Paula Silva

ADVISOR: Thalles Willian Gonçalves da Silva

The smuggling and trafficking of drugs, as well as other cross-border crimes, are issues faced by nations in the present day, capable of challenging their sovereignty, especially in border regions. Based on this scenario, the present work was developed with the objective of presenting the Brazilian Army's police power in the border regions of the CMO (Amazon Military Command) against cross-border illicit activities. Through research in documents, manuals, and scientific works, the importance of the use of police power in this region was sought to be understood. The Brazil-Bolivia border region received greater emphasis due to its geographical and psychosocial characteristics, which impose some difficulties in border enforcement. Finally, the aim was to present the Army's methods of operation and the results achieved, in order to reach a conclusion about the real effectiveness of the use of police power in the region against drug trafficking and smuggling.

**Keywords:** drug trafficking; smuggling; cross-border crimes; police power; subsidiary actions of the brazilian army.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa dos Comandos Militares de Área.....	17
<b>Figura 2</b> – Organograma.....	18
<b>Figura 3</b> – Sede do CMO.....	19
<b>Figura 4</b> – Fronteira do CMO com a Bolívia.....	20
<b>Figura 5</b> –Operação Àgata Guaicurus.....	21
<b>Figura 6</b> – PBCE.....	22

## LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Postos e graduação dos entrevistados.....	24
Gráfico 2 – Delimitação das Bda Inf que os entrevistados operaram.....	25
Gráfico 3 – Período de atuação na região.....	26
Gráfico 4 – Tipos de operações realizadas pelos entrevistados.....	27
Gráfico 5 – Média de operações realizadas por ano.....	28
Gráfico 6 – Crimes presenciados nas operações.....	29
Gráfico 7 – Impacto dos crimes transfronteiriços na soberania.....	29
Gráfico 8 – Operações com outras agências.....	30
Gráfico 9 – Trabalho realizado pelas frações de infantaria no CMO.....	31
Gráfico 10 – Emprego do poder de polícia.....	31
Gráfico 11 – Opinião Pública da região para com o Exército.....	32

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CMO	Comando Militar do Oeste
MT	Mato Grosso
MS	Mato Grosso do Sul
EB	Exército Brasileiro
PF	Polícia Federal
RF	Receita Federal
FA	Forças Armadas
LC	Lei Complementar
CF	Constituição Federal
PBCE	Posto de Bloqueio e Controle de Estrada
PEF	Pelotões Especiais de Fronteira
OBA	Operação de Busca e Apreensão
Bda Inf Mtz	Brigada de Infantaria Motorizada
Bda Inf Fron	Brigada de Infantaria de Fronteira

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo geral	14
1.1.2	Objetivos específicos	14
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	15
2.1	ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS	15
2.2	HISTÓRICO DO COMANDO MILITAR DO OESTE	16
2.2.1	Organograma	17
2.3	FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA	19
2.4	OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS TROPAS DO CMO NA FRONTEIRA	25
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL METODOLÓGICO</b>	23
3.1	TIPO DE PESQUISA	23
3.2	MÉTODOS	23
3.3	ETAPAS DA PESQUISA	23
<b>4</b>	<b>RESULTADO DA DISCUSSÃO</b>	24
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	34
	<b>REFERÊNCIAS</b>	36
	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO</b>	37
	<b>ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	40

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão de curso, abordaremos a importância do poder de polícia do Exército na fronteira oeste entre Bolívia e Brasil contra os crimes transfronteiriços de tráfico de drogas e contrabando. Mediante de uma análise de fontes primárias e secundárias, exploraremos como o poder de polícia é exercido pelo Exército na faixa de fronteira de responsabilidade do CMO e quais os desafios enfrentados nesta missão.

A Região Centro Oeste do Brasil é composta pelo Distrito Federal e pelos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. É nessa área onde dois estados estabelecem mais de 2500 km de fronteira com dois países, Bolívia e Paraguai. A história do Comando Militar do Oeste remonta ao século XVIII com a fundação da capitania de Mato Grosso em 1748 com o primeiro capitão-general nomeado Don Rolin de Moura Tavares.

Ainda no século XVIII, foram construídas fortificações para defesa contra os invasores espanhóis, com destaque para o Forte de Coimbra e Forte Junqueira. Após diversas mudanças no dispositivo militar, em 1985 foi criado o Comando Militar do Oeste.

Por tratar-se de uma região cobiçada e rica por conta da sua vasta reserva biológica, este extenso trecho torna a área como uma das prioritárias na política de defesa nacional. Para isso, o CMO articula-se em três grandes brigadas, 13ª Brigada de Infantaria Motorizada em Cuiabá-MT, 18ª Brigada de Infantaria Pantanal em Corumbá-MS e 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada em Dourados-MS.

Além disso, é uma área diversificada e heterogênea em diversos aspectos de caráter econômico, social, defesa e segurança da soberania brasileira. Estes aspectos promovem um ambiente desfavorável, de forma diferenciada, ao controle de fronteira entre o Brasil e seus vizinhos, mais especificamente Bolívia.

O Exército Brasileiro possui o poder de polícia na faixa fronteira para combater crimes transfronteiriços, sendo em operações singulares ou com outras agências, especialmente contra o tráfico de drogas e de armas, pois grande parte das drogas consumidas no país passam pela fronteira do Brasil com a Bolívia.

O trabalho divide-se em 5 tópicos, sendo o primeiro a Introdução. O tópico 2 diz a respeito do Referencial Teórico, compreendendo os subtópicos atuação das forças armadas, histórico do Comando Militar do Oeste, Organograma, Fronteira Brasil-Bolívia e operações realizadas pelas tropas do CMO na fronteira.

O tópico 3 trata sobre os materiais e métodos de pesquisa. Já o tópico 4 trata dos resultados e a discussão que foram abordados através de um questionário com militares que

servem ou já serviram no Comando Militar do Oeste sobre o emprego de polícia do Exército Brasileiro nas regiões de fronteira do CMO contra ilícitos.

Por fim, o tópico 5 nas considerações finais foi realizado um compilado de tudo que foi descrito neste trabalho e concluiu-se acerca da efetividade do poder de polícia do EB na região de fronteira do CMO.

Assim, é oportuno problematizar a questão: qual a importância do poder de polícia do EB nessa região de fronteira do Brasil e Bolívia e como alcançar melhores resultados no controle de crimes transfronteiriços de tráfico de drogas e contrabando?

Com base nesses questionamentos, este trabalho buscou subsídios em operações feitas nessa faixa de fronteira, mais específico a Operação Ágata 2022, para observar se a atuação do Exército Brasileiro junto a outras agências, é de alguma forma eficaz contra os crimes mais cometidos nessa região do país.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

Avaliar o Poder de Polícia do Exército Brasileiro nas regiões de fronteira entre Bolívia e Brasil contra os crimes de tráfico de drogas e contrabando.

### 1.1.2. Objetivos específicos

São três os objetivos específicos do presente trabalho. A saber:

- a) Analisar a atuação do Exército Brasileiro em operações conjuntas e com agências.
- b) Avaliar a influência do Exército Brasileiro na região entre Bolívia e Mato Grosso.
- c) Analisar as operações realizadas pelo Exército na fronteira do CMO.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

O artigo 142 da Constituição Federal de 1988 trata da atuação das Forças Armadas no contexto do país. Segundo esse artigo, as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e incumbidas da defesa da Pátria, da garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem.

A atuação das Forças Armadas em tempos de paz se dá por meio de ações subsidiárias, ou seja, em apoio às demais instituições do Estado. Essa atuação é regulamentada pela Lei Complementar 97/1999, o art. 16-A desse diploma legal estabelece que cabe às Forças Armadas, como atribuições subsidiárias, além de outras ações pertinentes, atuar contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo. (ROBERTO, Paulo, 2019)

Conforme a portaria n.º 061, de 16 de fevereiro de 2005, do Comandante do Exército, em atenção ao poder de polícia atribuído ao EB por meio da LC 97/1999, traz um rol exemplificativo de ações preventivas e repressivas a serem realizadas. São elas:

Preventivas: a) intensificar as atividades de preparo da tropa, de inteligência e de comunicação social, consideradas de caráter permanente; b) cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, for desejável e em virtude de solicitação, na forma do apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução; e c) prover segurança às atividades de órgãos federais, quando solicitado e desejável, [...].  
Repressivas: a) instalar e operar postos de bloqueio e controle de estradas e fluviais e postos de segurança estáticos; b) realizar patrulhamento e revista de pessoas, veículos, embarcações, aeronaves e instalações; c) efetuar prisão em flagrante delito; d) apoiar a interdição de pistas de pouso e atracadouros clandestinos, utilizados, comprovadamente, para atividades ilícitas; e) fiscalizar produtos controlados. (BRASIL, 2005.p 01.)

A atuação das Forças Armadas em ações de segurança pública, como a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), deve ser sempre excepcional e em situações que ultrapassem a capacidade das forças de segurança pública. Nesses casos, as Forças Armadas atuam sob o comando das autoridades civis em conformidade com a legislação e os direitos humanos.

Vale ressaltar que a atuação das Forças Armadas está sujeita ao controle do Poder Judiciário e do Congresso Nacional, que têm a prerrogativa de fiscalizar as suas ações e decidir sobre a necessidade e conveniência de emprego das Forças Armadas.

Ainda segundo o artigo 142, as Forças Armadas são subordinadas ao Presidente da República, o qual é o comandante supremo das Forças Armadas. O Ministro da Defesa é o

Responsável pela coordenação das atividades das Forças Armadas e dispõem da prerrogativa de orientar suas ações.

Em resumo, a atuação das Forças Armadas no Brasil, segundo o artigo 142 da Constituição Federal de 1988, está voltada para a defesa da Pátria e para a garantia dos poderes constitucionais em conformidade com a lei e a ordem, sempre apoiando às demais instituições de Estado e em acordo com a legislação e os direitos humanos.

## 2.2 HISTÓRICO DO COMANDO MILITAR DO OESTE

A história do Comando Militar do Oeste começa há muito tempo antes, ainda durante a ocupação do nosso imenso território brasileiro pelos bandeirantes que vinham da província de São Paulo em busca de metais preciosos. Com a União Ibérica (1580-1640) Portugal foi anexado à Espanha e nesse período a linha de Tordesilhas passou a ser transposta pelos luso-brasileiros. Após 1640 Portugal concretizou a ocupação a oeste da linha de Tordesilhas. No século XVIII, a preocupação da coroa portuguesa com as presenças espanholas e os ataques indígenas deram origem a política de instalação de fortes militares na fronteira. (VALADARES, MATHEUS, 2023).

Nesse sentido, em 1775 foi fundado o Forte de Coimbra e em 1776 o Forte Príncipe da Beira. O Forte de Coimbra proporcionou as condições de segurança favoráveis à instalação de três praças fortificadas: Albuquerque, que deu origem a Corumbá-MS; Mondego, que originou Miranda-MS; e Vila Maria, a atual Cáceres-MT.

O Comando Militar do Oeste foi oficialmente criado pelo Decreto 91.779, de 15 de outubro de 1985, abrangendo os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, no ano de 1992, através do Decreto n.º 626, 07 de agosto, a jurisdição sobre o estado de Rondônia passou para o Comando Militar da Amazônia. O CMO foi criado cumulativamente com os comandos da 9ª Região Militar e da 9ª Divisão de Exército, sendo a ser denominado CMO/9ª RM/9ª DE.

**Figura 1** – Mapa dos comandos de área



Fonte: EXÉRCITO

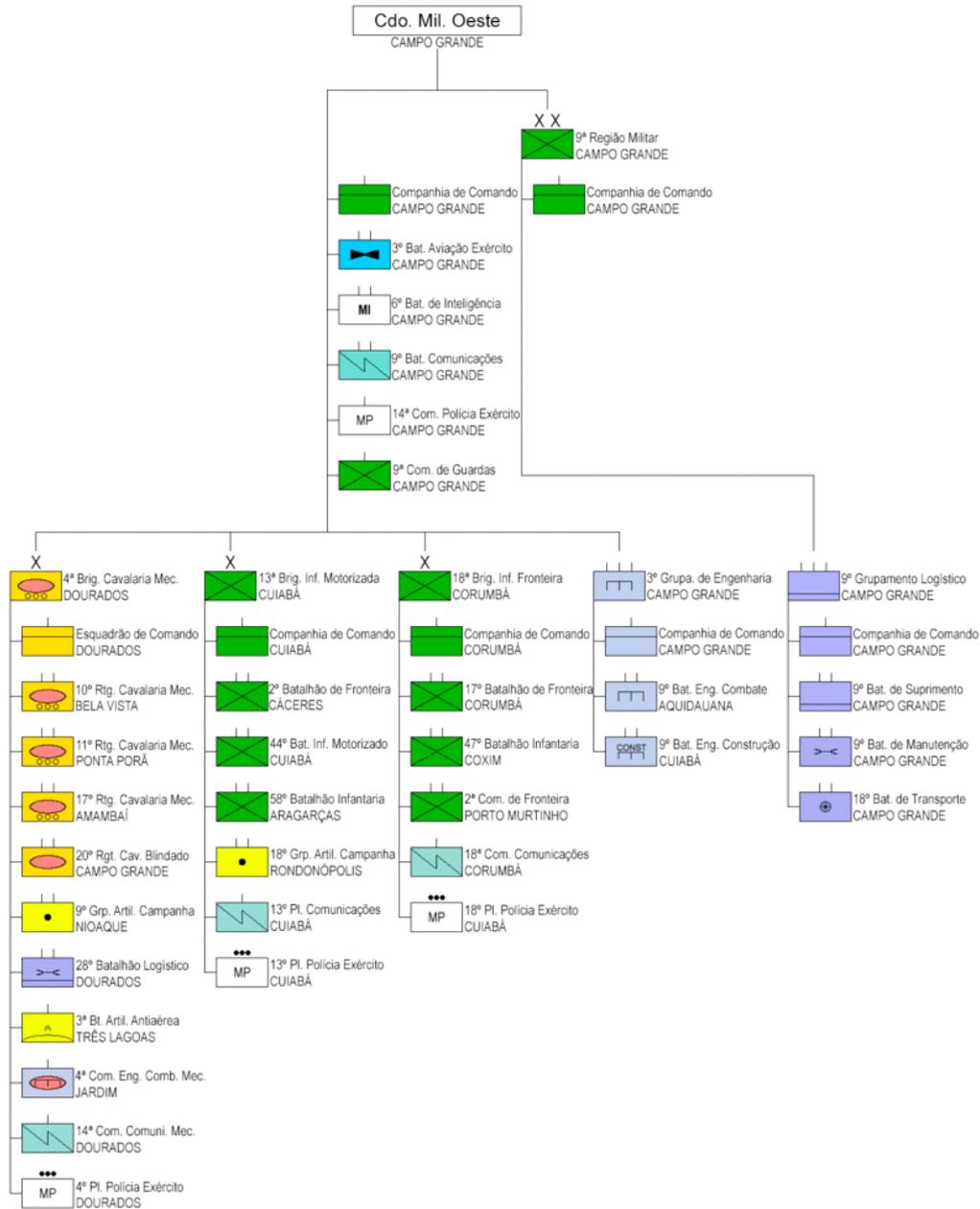
### 2.2.1 Organograma

Conforme a Síntese Histórica, o Comando Militar do Oeste (CMO) é a unidade militar responsável pela coordenação das atividades militares na região centro-oeste do Brasil. O CMO possui uma estrutura hierárquica e organizacional refletida em seu organograma.

O comandante é o oficial responsável pelo CMO, seguido pelo subcomandante e pelos chefes de Estado-Maior, que são responsáveis pelas áreas de operações, pessoal e logística. Esses chefes de Estado-Maior são apoiados por outras divisões, como a Divisão de planejamento e coordenação, a Divisão de Comunicações e a Divisão de Inteligência, que são responsáveis por assuntos específicos relacionados à defesa e segurança.

Além disso, o CMO possui diversas unidades subordinada, como a 9ª Região Militar, com sede em Campo Grande - MS, a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Cuiabá - MS e a 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira com sede em Corumbá - MS. Também, a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada em Dourados e o 3º Grupamento de Engenharia em Campo Grande.

**Figura 2 – Organograma CMO**



Fonte: EXÉRCITO

Segundo o Ministério da Defesa, o decreto 97.603, de 31 de março de 1989, a 9ª Região Militar foi desmembrada do CMO, assumindo independência administrativa. Dessa forma o Comando Militar do Oeste passou a ser denominado CMO/9ª DE. E finalmente, em 19 de abril de 2005, através do Decreto n.º 5.426, o Presidente da República alterou definitivamente a sua denominação para Comando Militar do Oeste, mantendo sua localização na cidade de Campo Grande, denominação essa que mantém até a atualidade.

**Figura 3** – (Sede do CMO)



Fonte: EXÉRCITO

### 2.3 FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

A legislação brasileira entende que a região de fronteira é uma faixa de terra que se estende por 150 km para o interior do território nacional, ao longo das fronteiras terrestres, fluviais e lacustres do país. A área de fronteira é uma zona de segurança nacional e, por isso, está sujeita a medidas especiais de proteção e controle por parte das autoridades brasileiras. A fronteira entre o Brasil e a Bolívia possui uma extensão de aproximadamente 3.423,2 km, e é considerada a mais extensa do Brasil com outro país. O limite fronteiriço começa no extremo norte do Brasil, na tríplice fronteira com o Peru, e segue até a tríplice fronteira com o Paraguai, na região central do Brasil.

A região da fronteira é caracterizada por uma grande diversidade cultural e geográfica, com áreas de selva, cerrado, montanhas e rios. A fronteira Brasil-Bolívia é considerada uma das mais porosas do continente, o que gera muitos problemas relacionados ao tráfico de drogas e contrabando.

**Figura 4** – Fronteira do CMO com a Bolívia



Fonte: Autor (2023)

A atuação do Exército Brasileiro na fronteira com a Bolívia tem sido essencial no combate aos crimes de tráfico de drogas e contrabando. A região de fronteira é conhecida por ser um ponto de entrada de drogas e produtos ilegais no país, gerando diversas consequências negativas para a sociedade brasileira, como o aumento da violência e da criminalidade.

O Exército tem desenvolvido ações de fiscalização em conjunto com outras forças, como a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira, além disso, cooperação com a Polícia Federal e a Receita Federal, visando reprimir o tráfico de drogas e contrabando. Essas ações incluem o patrulhamento terrestre, aéreo e fluvial, e ainda postos de bloqueio controle nas estradas (PBCE) e fronteiras.

Além disso, o Exército tem desenvolvido atividades de inteligência para identificar os principais pontos de entrada de drogas e contrabando no país, bem como as principais rotas utilizadas pelas organizações criminosas. Com essas informações, é possível planejar ações mais efetivas de combate ao crime.

É importante ressaltar que a atuação do Exército na fronteira na Bolívia não é uma medida isolada, mas sim parte de uma estratégia maior de combate ao crime organizado no país. O trabalho conjunto e em cooperação com outras agências de segurança tem sido fundamental para reduzir a entrada de drogas e produtos ilegais no Brasil e combater as organizações criminosas que atuam na área do CMO.

## 2.4 OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS TROPAS DO CMO NA FRONTEIRA

A Fronteira do Brasil com a Bolívia é uma região de grande movimentação e fluxo de pessoas, mercadorias e drogas, o que torna vulnerável a diversos tipos de crimes. Os crimes mais comuns na fronteira incluem tráfico de drogas, contrabando, crimes ambientais e descaminho.

O tráfico de drogas é uma das principais atividades criminosas na região. A Bolívia é um grande produtor de cocaína e a fronteira com o Brasil é uma das principais rotas para o tráfico de drogas para o país. Além disso, o contrabando de armas e munições também é um problema frequente na região.

Para combater esses crimes, as autoridades brasileiras fortalecem a presença das forças de segurança na fronteira, aumentando a fiscalização e adotando medidas preventivas, como ações de inteligência e operações conjuntas com as autoridades bolivianas e, também, operações de cooperação e coordenação com agências.

Uma das principais operações conduzidas pelo Exército é a operação Ágata, que consiste em ações coordenadas entre as Forças Armadas, Polícia Federal (PF), Receita Federal (RF) e outros órgãos de segurança. A Operação Ágata visa fortalecer a presença do Estado na fronteira, intensificar a fiscalização e o controle, e combater as atividades ilícitas na região. Durante essa operação, são realizados patrulhamentos terrestres, fluviais e aéreos, além de postos de bloqueio e controle de estradas (PBCE).

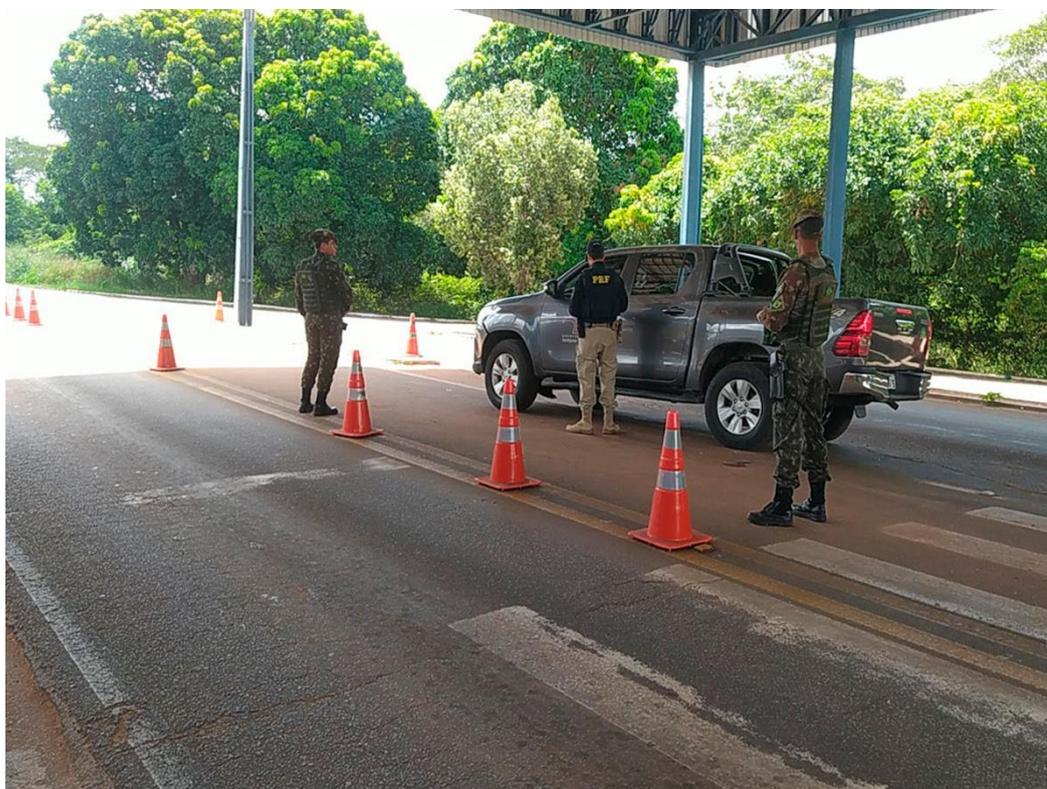
**Figura 5** – Operação Ágata Guaicurus



Fonte: Defesa em Foco (2023)

Além da Operação Ágata, o EB realiza outras operações pontuais para combater os crimes na fronteira. Isso inclui o emprego de unidades militares especializadas, como as tropas de infantaria de pantanal e os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Essas unidades atuam no patrulhamento de áreas de fronteira, realizam operações de busca e apreensão (OBA), interceptam narcotraficantes e contrabandistas, e contribuem para a manutenção da segurança na região.

**Figura 6 – PBCE**



Fonte: Defesa em foco (2022)

Além das operações de caráter repressivo, o Exército Brasileiro também realiza ações de cunho preventivo e de cooperação com as autoridades bolivianas. Isso inclui o compartilhamento de informações de inteligência, treinamentos conjuntos, patrulhamentos coordenados e a realização de operações bilaterais, buscando fortalecer a cooperação e o enfrentamento conjunto dos crimes na fronteira.

É importante ressaltar que a atuação do Exército Brasileiro é complementar às ações de outros órgãos de segurança, como a PF, a RF e as polícias estaduais. A integração e a coordenação entre esses órgãos são fundamentais para o sucesso no combate aos crimes na fronteira e para garantir a segurança e soberania do país nessa região.

### **3 REFERENCIAL METODOLÓGICO**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Para o desenvolvimento do conteúdo desse trabalho, diversos tipos de investigação foram empregados, além de uma pesquisa bibliográfica, foi realizado uma pesquisa quantitativa com oficiais e praças da arma de infantaria que servem ou já serviram no Comando Militar do Oeste.

#### **3.2 MÉTODOS**

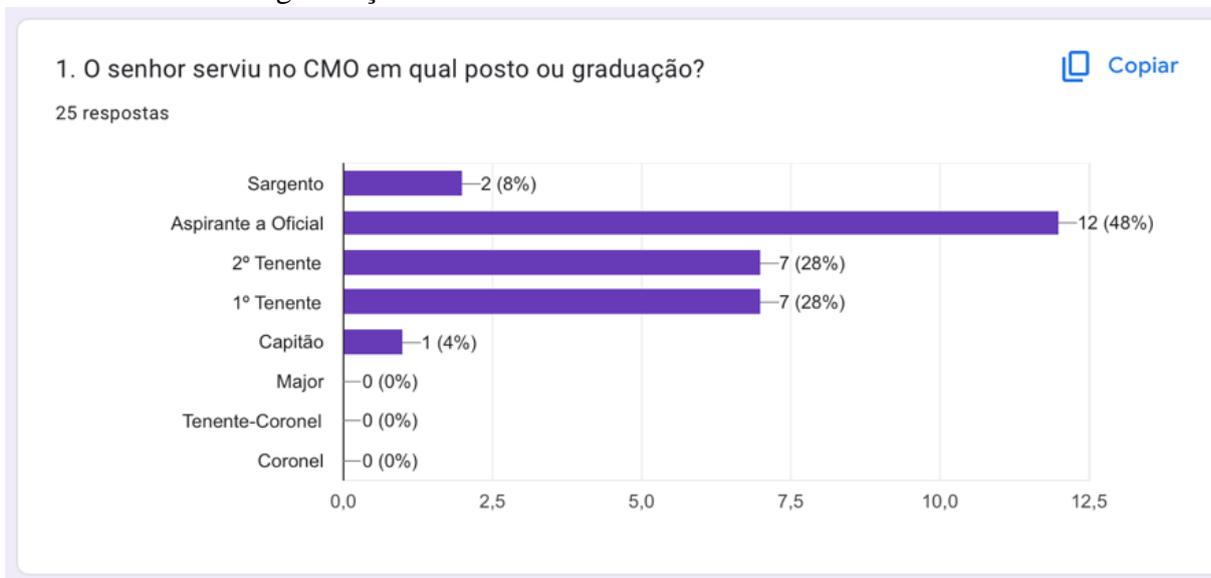
A pesquisa mencionada teve como finalidade investigar o período que cada militar atuou na região, em qual posto ou graduação o entrevistado serviu, quais brigadas e quais operações foram feitas, além disso, quantas operações foram feitas, em média, anualmente na fronteira do CMO. Ademais, buscou-se verificar quais delitos foram observados nessas operações, qual é a percepção dos militares sobre a importância da atuação do EB nessa região e seus efeitos. Também, foi investigado a atuação do Exército Brasileiro em cooperação e coordenação com outras agências, bem como a percepção da população local a respeito da atuação do EB e a importância do poder de polícia na região de fronteira.

#### **3.3 ETAPAS DA PESQUISA**

Um formulário virtual (Anexo A) foi utilizado para a coleta de dados, que apresentava questões de múltipla escolha e caixas de seleção para garantir a precisão de dados obtidos. A pesquisa utilizou o método indutivo, seguindo as etapas de observações dos dados, análise dos fatos, formulação de hipóteses e verificação. A elaboração do questionário apropriado aos objetivos da pesquisa foi realizada, e posteriormente avaliado pelo Oficial Orientador em relação à qualidade e quantidade das perguntas e respostas. Após a correção e aprovação do formulário, a pesquisa foi amplamente divulgada, com o objetivo de obter respostas de todas as Brigadas do Comando Militar do Oeste, a fim de se obter uma percepção ampla da atuação do poder de polícia do Exército Brasileiro na região. Por fim, os dados foram minuciosamente analisados para atender aos objetivos da pesquisa.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico 1 – Postos e graduação dos entrevistados



Fonte: Autor (2023).

A partir dos resultados obtidos em nossa pesquisa, foi possível observar que houve uma diversidade de postos e graduação entre os militares que serviram no CMO (Comando Militar do Oeste). Apesar de todas as patentes terem sido citadas, a maior proporção de militares indicou que serviram no CMO como Aspirante a Oficial.

Essa informação pode indicar que a atuação no CMO é uma experiência vivenciada por militares em diferentes fases de sua carreira, desde os mais novos aspirantes até os oficiais mais experientes. É importante ressaltar que o CMO é um comando militar estratégico responsável pela coordenação e execução de operações militares em uma vasta região do país, abrangendo estados como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e parte de Goiás.

Assim, é fundamental que os militares que atuam no CMO estejam bem preparados e capacitados para enfrentar os desafios operacionais e estratégicos da região. A presença de diferentes postos e graduação entre os respondentes pode ser um indicador da importância da experiência diversificada e da colaboração entre militares com diferentes níveis de experiência e habilidades. Esses dados podem ser úteis para a elaboração de políticas públicas e para a tomada de decisões em relação à formação e capacitação dos militares que atuam no CMO.

Gráfico 2 – Delimitação das Bda Inf que os entrevistados operaram



Fonte: Autor (2023).

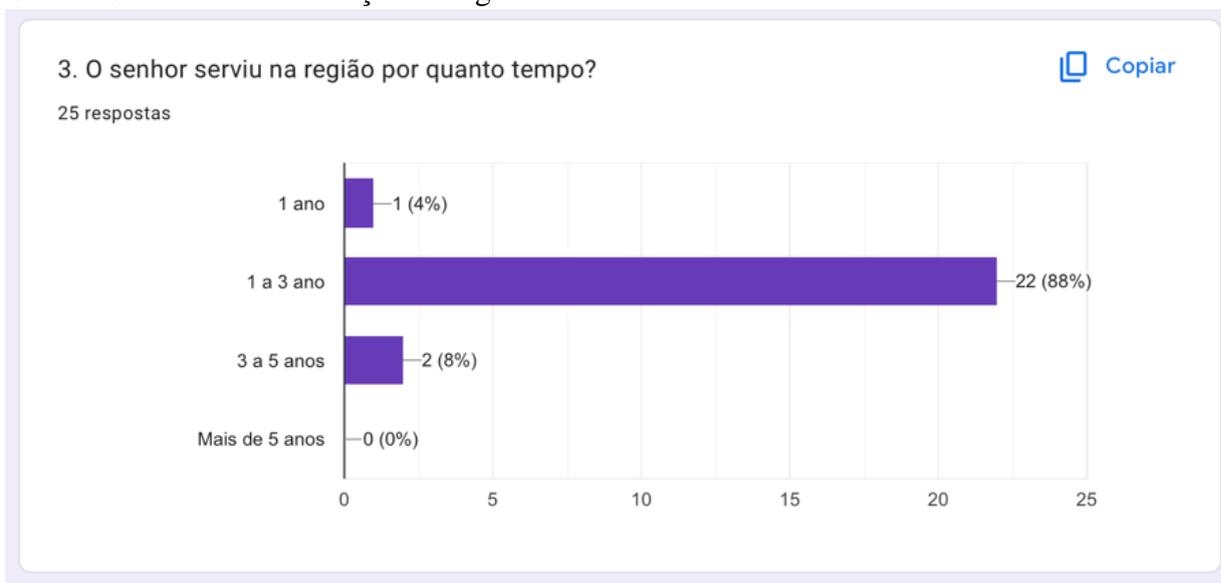
De acordo com os resultados de nossa pesquisa, observamos que, apesar da diversidade de patentes entre os militares que serviram no CMO (Comando Militar do Oeste), a maioria indicou ter atuado na brigada 18 Bda Inf Fron. É interessante ressaltar que essa brigada tem como área de responsabilidade uma extensa faixa de fronteira, que abrange estados como Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, além de países como Bolívia e Paraguai.

Em contrapartida, foi constatado que uma proporção menor de militares entrevistados serviu na brigada 13 Bda Inf Mtz. Essa brigada, por sua vez, tem como missão a defesa da fronteira com a Bolívia e o controle do tráfego e do comércio de drogas e armas na região.

Essa informação pode indicar que a atuação no CMO é uma experiência mais comum na brigada 18 Bda Inf Fron do que na brigada 13 Bda Inf Mtz. É importante ressaltar que a atuação nessas brigadas pode apresentar desafios operacionais e estratégicos distintos, em razão das peculiaridades de cada região de fronteira.

Assim, esses dados podem ser úteis para a elaboração de políticas públicas e para a tomada de decisões em relação à formação e capacitação dos militares que atuam no CMO, considerando as particularidades de cada brigada.

Gráfico 3 – Período de atuação na região



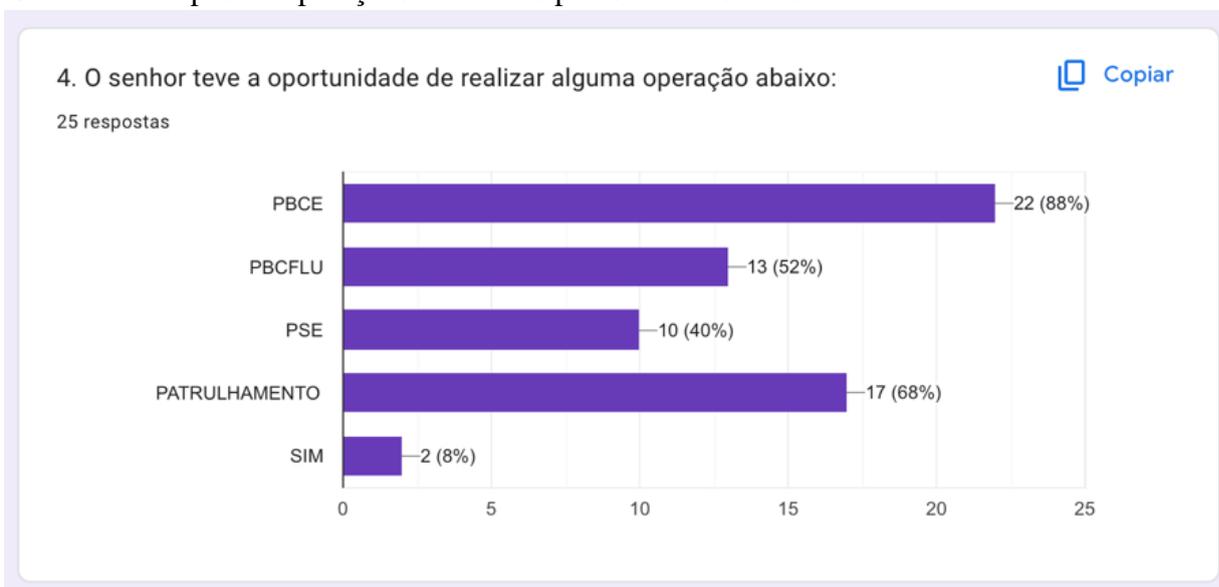
Fonte: Autor (2023).

De acordo com as respostas obtidas em nossa pesquisa, notamos que a grande maioria dos militares do exército serviu na região especificada por um período que variou entre 1 a 3 anos. Houve uma quase unanimidade nesse intervalo de tempo, indicando uma distribuição equilibrada entre os anos de serviço prestados pelos militares que responderam à pesquisa.

Esses resultados podem indicar que o período de 1 a 3 anos é um tempo comum de serviço para os militares do exército na região em questão. Esse período pode ser relevante para a compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados pelos militares durante esse tempo de serviço, bem como para a elaboração de políticas públicas que busquem atender às necessidades desses profissionais.

É importante destacar que a atuação dos militares do exército na região especificada pode variar em termos de objetivos e desafios, de acordo com a unidade militar em que estão servindo. Contudo, a distribuição equilibrada do tempo de serviço prestado pelos militares pode indicar que existe uma certa padronização na duração do serviço militar na região, independentemente das diferenças entre as unidades militares.

Gráfico 4 – Tipos de operações realizadas pelos entrevistados



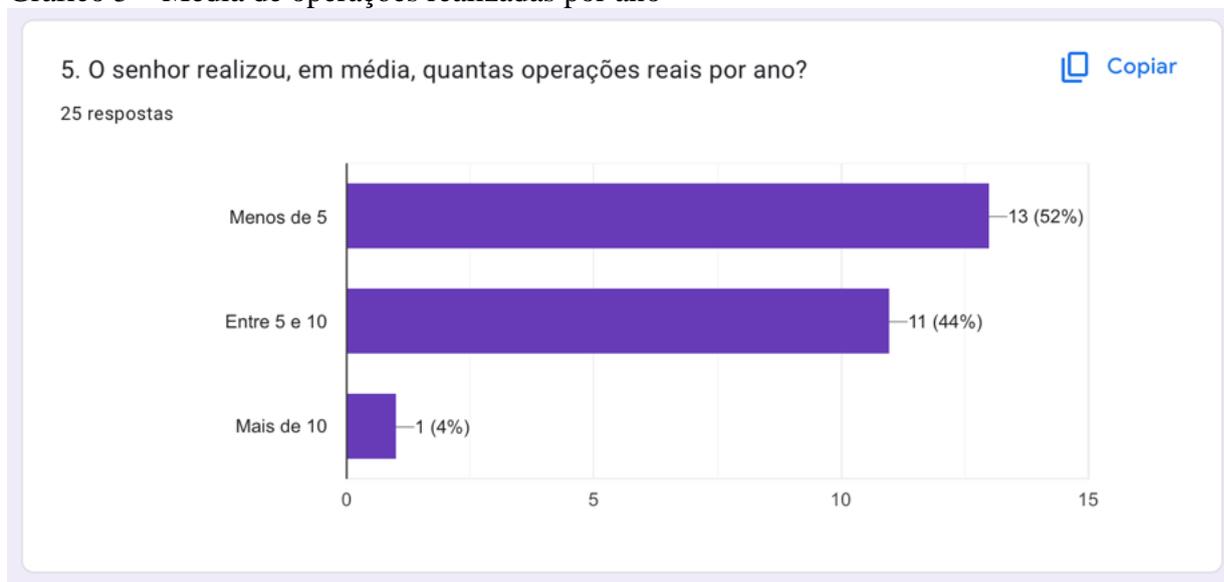
Fonte: Autor (2023).

Nossa pesquisa também identificou que as operações mais realizadas pelo efetivo do exército na região foram a PBCE (Posto de Bloqueio e Controle de Estradas), que visa garantir a soberania nacional e coibir ilícitos na faixa de fronteira, e o Patrulhamento, que busca promover a segurança e o bem-estar da população local.

Essas operações podem exigir habilidades e conhecimentos específicos dos militares, como o domínio de técnicas de patrulhamento, a capacidade de atuar em ambientes hostis e o conhecimento das dinâmicas locais. Além disso, a realização dessas operações pode ser afetada por fatores como a infraestrutura da região, a presença de grupos criminosos e a coordenação com outras forças de segurança.

Assim, a realização dessas operações requer um amplo conjunto de habilidades e capacidades dos militares do exército, além de uma coordenação efetiva entre as diferentes unidades e forças de segurança atuantes na região.

Gráfico 5 – Média de operações realizadas por ano



Fonte: Autor (2023).

Nossa pesquisa sobre as operações realizadas pelo efetivo do exército na região também incluiu a quantidade média de operações realizadas por ano pelos militares. Os resultados mostraram que houve uma variação considerável nas respostas, com a maioria dos entrevistados indicando que realizou menos de 5 operações no ano.

No entanto, também é importante destacar que houve um número significativo de militares que indicaram ter realizado entre 5 e 10 operações no período de um ano. Essa informação é bastante relevante, pois aponta que uma parcela expressiva do efetivo do exército na região está envolvida em um volume considerável de atividades operacionais ao longo do ano.

A realização de um número maior de operações pode trazer desafios adicionais para os militares, incluindo a necessidade de gerenciar melhor o tempo e os recursos disponíveis, manter a motivação e a disposição física em níveis elevados, e lidar com situações imprevistas e de alta pressão.

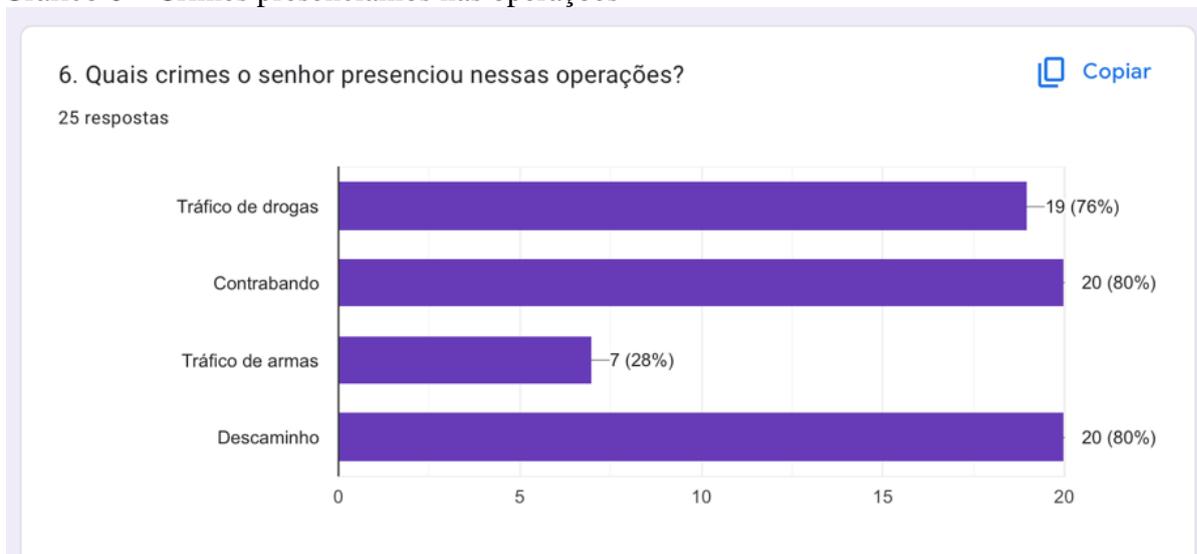
Por outro lado, a experiência adquirida com um maior número de operações pode ser extremamente valiosa para o desenvolvimento profissional dos militares, permitindo-lhes aprimorar suas habilidades e conhecimentos, adquirir uma maior compreensão dos desafios e dinâmicas locais, e aumentar sua capacidade de adaptação a diferentes contextos operacionais.

É importante ressaltar que a realização de operações é uma parte essencial do trabalho do efetivo do exército na região, e que a quantidade de operações realizadas pode variar significativamente de acordo com fatores como o tipo de missão, as condições climáticas e

geográficas, e a disponibilidade de recursos e equipamentos.

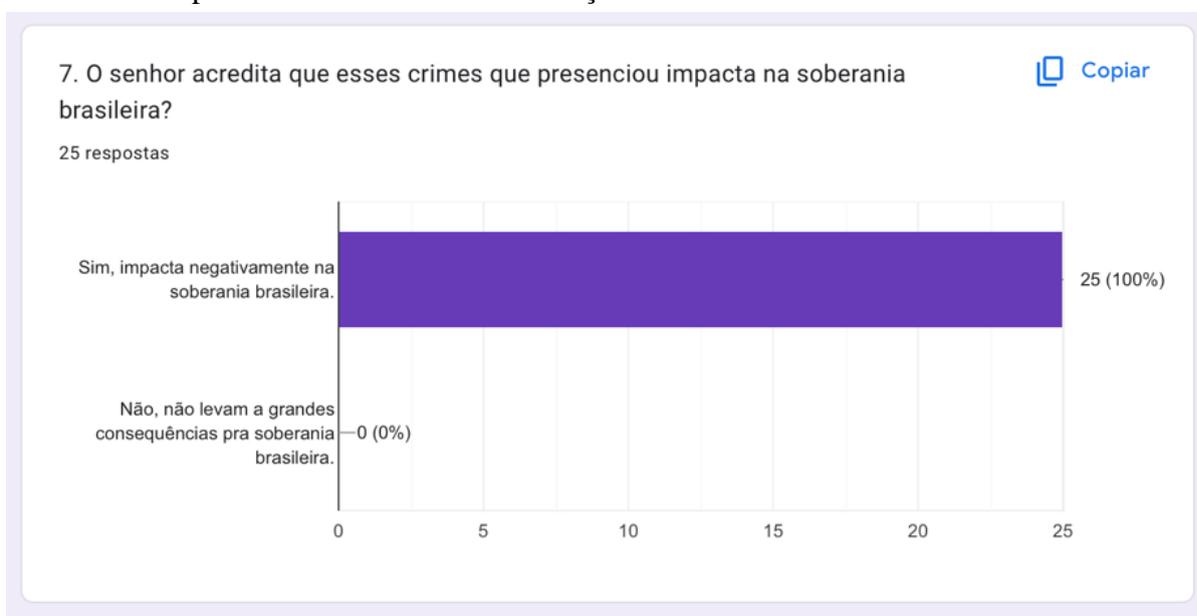
Assim, é fundamental que os militares estejam bem preparados e capacitados para enfrentar esses desafios, contando com o treinamento adequado, o equipamento necessário, e o suporte logístico e emocional necessário para a realização de suas atividades. Afinal, o sucesso das operações depende diretamente da habilidade e dedicação dos militares envolvidos.

Gráfico 6 – Crimes presenciados nas operações



Fonte: Autor (2023).

Gráfico 7 – Impacto dos crimes transfronteiriços na soberania

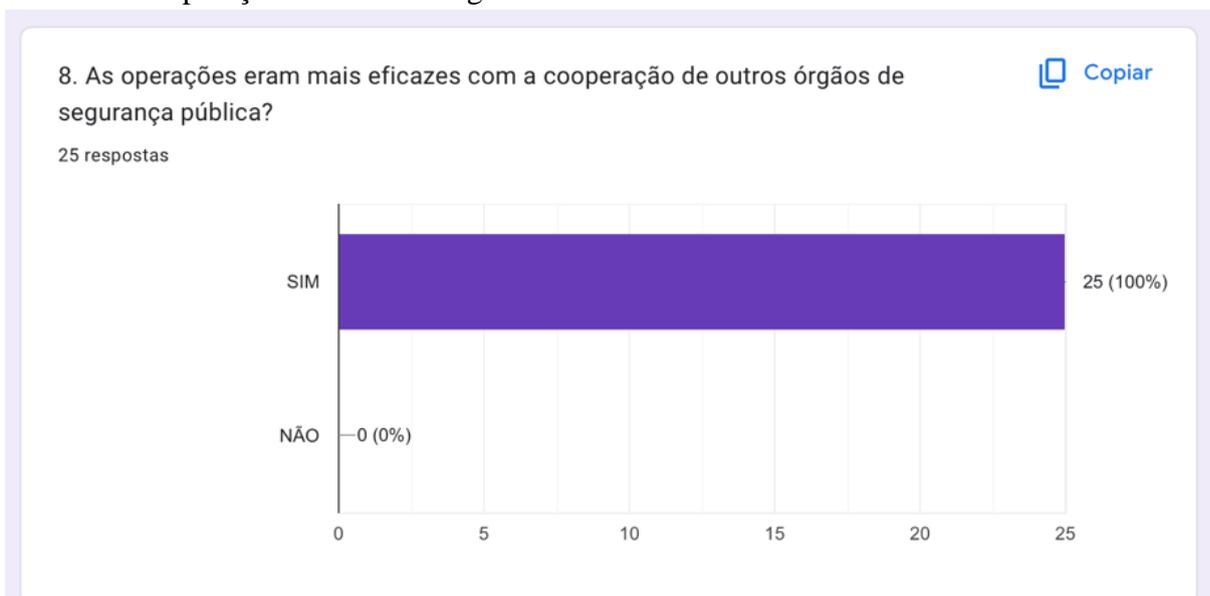


Fonte: Autor (2023).

A pesquisa também identificou quais são os crimes mais presenciados na região, tendo como destaques os crimes de Contrabando e Descaminho. Também, pôde-se observar uma grande parcela de votos no crime de Tráfico de drogas, que é um dos crimes mais combatidos nessa região.

Além disso, foi perguntado a respeito do impacto desses crimes na soberania nacional, que teve como maioria pelos respondentes a opção que diz que estes crimes impacta negativamente na soberania do Estado Brasileiro, pois crimes como estes são refletidos nos centros urbanos das cidades do país.

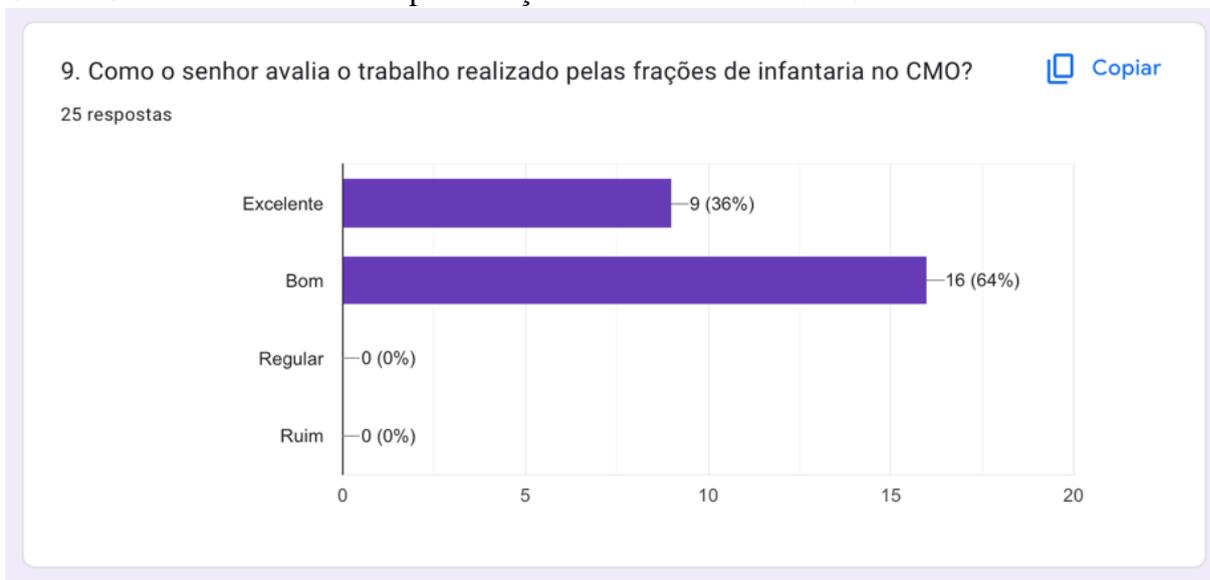
Gráfico 8 – Operações com outras agências



Fonte: Autor (2023).

A pesquisa sobre as operações que tinham cooperação de outros órgãos de segurança pública mostrou serem mais eficazes o emprego do Exército Brasileiro junto a outras agências de segurança. Isso ressalta a importância de outras agências como a Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Militar na atuação junto ao Exército no combate contra os crimes transfronteiriços.

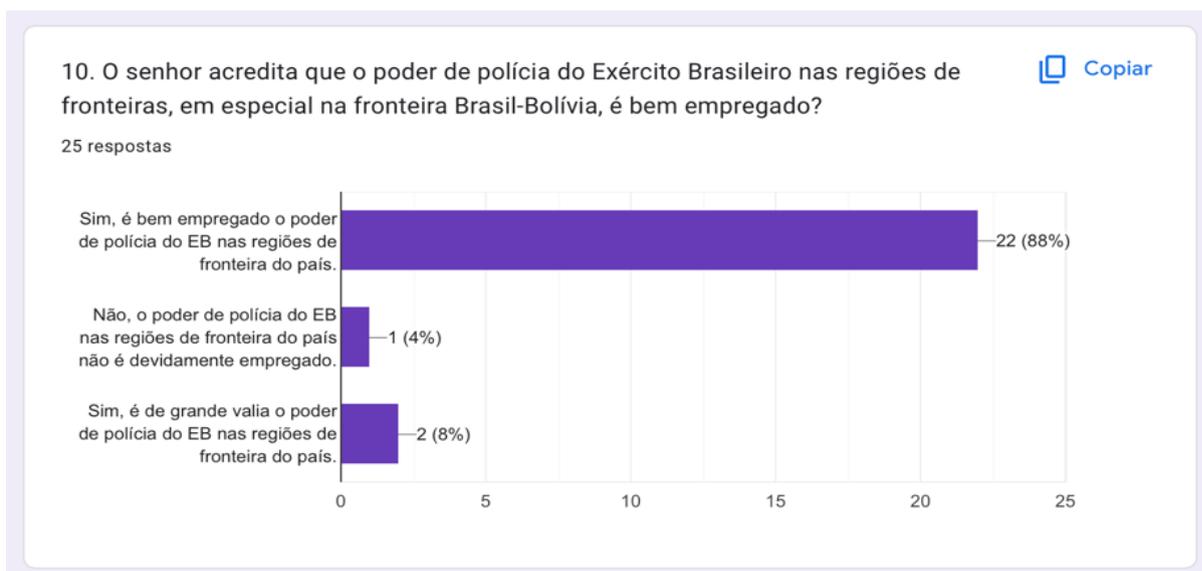
Gráfico 9 – Trabalho realizado pelas frações de infantaria no CMO



Fonte: Autor (2023).

Na pesquisa, foi realizada outra pergunta, sobre a autoavaliação das tropas que atuam no CMO. Conforme os resultados, 36% consideraram o trabalho desempenhado EXCELENTE, enquanto 64% avaliaram como BOM. É válido ressaltar que a autoavaliação é uma ferramenta essencial para o aprimoramento contínuo das atividades militares. Ao avaliar seu próprio desempenho, as tropas podem identificar pontos fortes e fracos, bem como oportunidades de melhoria. Dessa forma, é possível aprimorar as atividades das forças militares, otimizar os recursos disponíveis e garantir a eficácia das missões.

Gráfico 10 – Emprego do poder de polícia

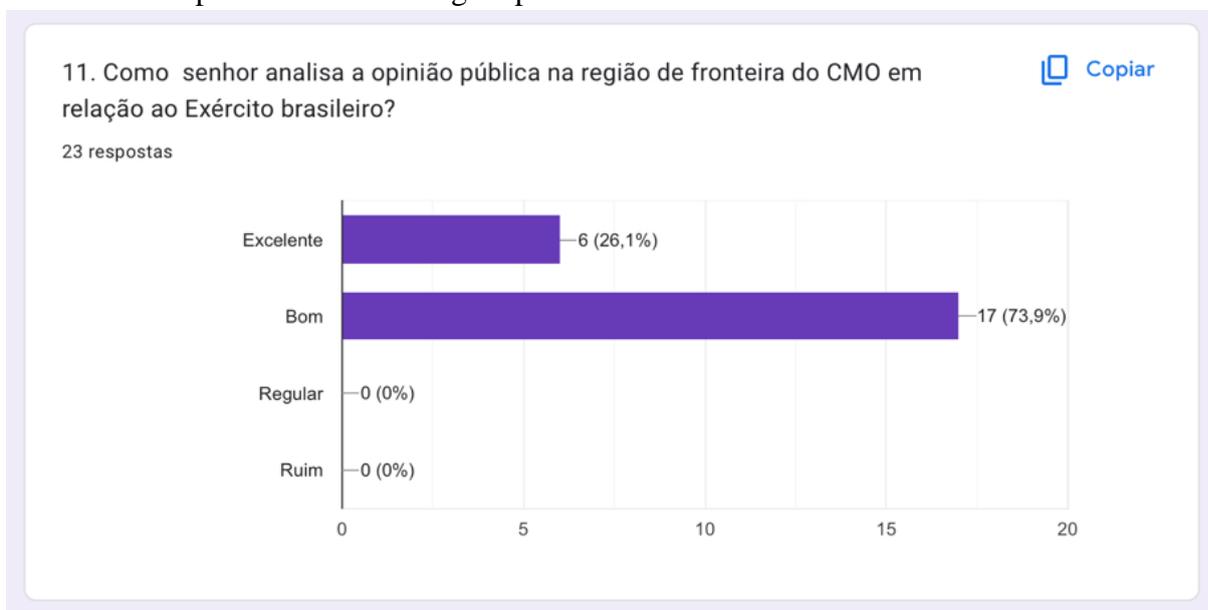


Fonte: Autor (2023).

A pesquisa a respeito do que os militares acreditam no bom emprego do poder de polícia do Exército Brasileiro nas regiões de fronteira, em especial na fronteira Brasil-Bolívia, evidencia que a maioria dos respondentes aprovam e confirmam o bom empregado desse poder.

No entanto, uma mínima parcela evidenciou que o poder de polícia não é devidamente empregado, vale ressaltar que cada área do CMO tem sua especificidade e que cada brigada possui seus meios para a execução de suas operações na região.

Gráfico 11 – Opinião Pública da região para com o Exército



Fonte: Autor (2023).

A pesquisa realizada sobre a opinião pública na região de fronteira do CMO em relação ao exército brasileiro incluiu uma pergunta sobre como o comandante analisa essa opinião pública. Os resultados mostraram que as respostas foram majoritariamente positivas, com a maioria dos entrevistados classificando a percepção da população como "EXCELENTE" ou "BOM".

Isso pode ser considerado um indicador positivo para o trabalho do exército na região, uma vez que uma boa relação com a população local é fundamental para o sucesso de qualquer missão. Além disso, uma opinião pública positiva pode trazer benefícios adicionais, como o apoio da comunidade para as atividades operacionais, o fortalecimento da imagem institucional do exército, e a redução de possíveis conflitos ou tensões.

No entanto, é importante lembrar que a percepção da população pode variar de acordo com diversos fatores, como a região, o contexto histórico e político, as condições socioeconômicas e culturais, e as percepções individuais. Além disso, a análise da opinião

pública requer uma abordagem cuidadosa e sistemática, envolvendo o uso de ferramentas e técnicas específicas, como pesquisas de opinião, análise de mídia e monitoramento de redes sociais.

Dessa forma, embora seja encorajador observar uma opinião pública positiva em relação ao exército brasileiro na região de fronteira do CMO, é importante que os militares continuem a monitorar e avaliar essa percepção de forma sistemática e constante, buscando identificar possíveis desafios e oportunidades, e adotando as medidas necessárias para fortalecer ainda mais a relação com a população local.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal avaliar o poder de polícia do Exército Brasileiro nas regiões de fronteira entre Bolívia e Brasil contra os crimes de tráfico de drogas e contrabando. Compreendendo que essa é uma região complexa e com inúmeros desafios, foram realizadas análises aprofundadas para identificar pontos fortes e fracos da atuação do Exército, bem como avaliar a sua influência na região entre Bolívia e Mato Grosso.

Os resultados obtidos indicaram que o Exército Brasileiro tem desempenhado um papel importante na repressão aos crimes de tráfico de drogas e contrabando nessa região. Foi possível observar uma melhoria significativa na atuação do Exército em operações conjuntas e com outras agências, o que tem sido fundamental para aumentar a eficácia das operações e contribuir para a redução dos índices de criminalidade na região.

Além disso, a pesquisa também teve como objetivo analisar estatisticamente a atuação do Exército na Operação ÁGATA 22, que foi considerada uma das maiores operações realizadas na região. Os resultados obtidos indicaram que a Operação ÁGATA 22 foi um sucesso, tendo contribuído significativamente para a redução dos índices de criminalidade na região. As estatísticas revelaram uma diminuição expressiva dos crimes de tráfico de drogas e contrabando, o que demonstra a efetividade das ações desenvolvidas pelo Exército.

A influência do Exército na região entre Bolívia e Mato Grosso também foi avaliada. Foi possível observar que a presença do Exército tem sido fundamental para aumentar a segurança na região, inibindo a atuação de organizações criminosas e reduzindo os índices de criminalidade. A presença do Exército também tem sido importante para fortalecer a cooperação entre as agências governamentais e contribuir para a integração regional.

Considerando os resultados obtidos, é possível afirmar que o poder de polícia do Exército Brasileiro tem sido fundamental para garantir a segurança nas regiões de fronteira entre Bolívia e Brasil contra os crimes de tráfico de drogas e contrabando. A atuação do Exército em operações conjuntas e com outras agências tem sido um fator decisivo para o sucesso das ações realizadas. Além disso, a presença do Exército tem sido importante para aumentar a segurança na região, inibindo a atuação de organizações criminosas e reduzindo os índices de criminalidade.

No entanto, é importante ressaltar que ainda existem desafios a serem enfrentados na região. A complexidade do cenário exige que o Exército continue investindo em ações integradas com outras agências governamentais, além de adotar estratégias cada vez mais eficazes para combater a atuação de organizações criminosas na região.

Dessa forma, concluímos que a presente pesquisa contribuiu significativamente para ampliar o conhecimento sobre o poder de polícia do Exército Brasileiro nas regiões de fronteira entre Bolívia e Brasil contra os crimes de tráfico de drogas e contrabando.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Lister Albuquerque. **O poder de polícia do Exército Brasileiro para Prevenir e Reprimir Crimes Transfronteiriços e Ambientais na faixa de fronteira do Estado do Amazonas: um panorama recente.** Trabalho de Conclusão de Curso –Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, p. 42. 2018.

BRASIL. Lei Complementar n.97-9 de jun de 1999. O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei. Brasília, 25 de agost. 2010.

Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, n.º I, 2014. Rio de Janeiro. O PODER DE POLÍCIA DO EXÉRCITO NA FAIXA DE FRONTEIRA COMO VETOR DE PREVENÇÃO DE CONFLITOS INTRA E INTERESTATAIS. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 1012-1022.

FILHO, João Antonio Pregnolato. **O papel do Exército Brasileiro no combate ao tráfico internacional de drogas.** Projeto de pesquisa (pré-requisito em programa de pós-graduação lato sensu em Ciências Militares), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, p.57. 2019

FREIRE, Maria Eduarda Laryssa Silva. **A interoperabilidade entre as forças armadas brasileiras: uma análise da operação ágata.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 83. 2018

Lei Complementar n.o 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jun. 1999, ed. extra.

Programa de Proteção Integrada de Fronteiras. Gabinete de Segurança Institucional. 10 de jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras-ppif-1> acesso em 01 de maio de 2023.

SILVA, Eduardo Caldeira de Lima e. **Cooperação interagências no combate ao tráfico internacional de drogas: contribuições da operação ágata no âmbito da fronteira brasileira do arco-sul.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais), Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, p.48. 2017.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário: O emprego de frações de infantaria na Amazônia

O questionário foi composto pelas questões e respostas abaixo. Nas caixas de seleção o militar entrevistado poderia optar por mais de uma opção e ainda poderia adicionar outra opção não listada pelo autor da pesquisa. Na questão de múltipla escolha só poderia ser selecionada uma opção.

É importante ressaltar que antes do militar responder o questionário, o entrevistado tinha que se mostrar ciente e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B).

1) O senhor serviu no CMO em qual posto ou graduação? (Caixa de seleção)

- a) Sargento
- b) Aspirante a Oficial
- c) 2° Tenente
- d) 1° Tenente
- e) Capitão
- f) Major
- g) Tenente-Coronel
- h) Coronel

2) O senhor serve ou serviu em quais Brigadas? (Caixa de seleção)

- a) 18ª Bda Inf SI
- b) 13ª Bda Inf SI

3) O senhor serviu na região por quanto tempo? (Múltipla escolha)

- a) 1 Ano
- b) 1 a 3 anos
- c) 3 a 5 anos
- d) Mais de 5 anos

- 4) O senhor teve a oportunidade de realizar alguma operação abaixo: (Múltipla escolha)
- a) PBCE
  - b) PBCFLU
  - c) PSE
  - d) PATRULHAMENTO
- 5) O senhor realizou em média quantas missões reais por ano? (Múltipla escolha)
- a) Menos de 5
  - b) Entre 5 e 10
  - c) Mais de 10
- 6) Quais crimes o senhor presenciou nessas operações? (Caixa de seleção)
- a) Tráfico de drogas
  - b) Contrabando
  - c) Tráfico de armas
  - d) Descaminho
- 7) O senhor acredita que esses crimes que presenciou impacta na soberania brasileira? (Múltipla escolha)
- a) Sim, impacta negativamente na soberania brasileira.
  - b) Não, não levam a grandes consequências pra soberania brasileira.
- 8) As operações eram mais eficazes com a cooperação de outros órgãos de segurança pública? (Caixa de seleção)
- a) SIM
  - b) NÃO
- 9) Como o senhor avalia o trabalho realizado pelas frações de infantaria no CMO? (Múltipla escolha)
- a) Excelente
  - b) Bom
  - c) Regular
  - d) Ruim

- 10) O senhor acredita que o poder de polícia do Exército Brasileiro nas regiões de fronteiras, em especial na fronteira Brasil-Bolívia, é bem empregado? (Múltipla escolha)
- a) Sim, é bem empregado o poder de polícia do EB nas regiões de fronteira do país.
  - b) Não, o poder de polícia do EB nas regiões de fronteira do país não é devidamente empregado.
- 11) Como o senhor analisa a opinião pública na região de fronteira do CMO em relação ao Exército Brasileiro? (Múltipla escolha)
- a) Excelente
  - b) Boa
  - c) Regular
  - d) Ruim

## **ANEXO A –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "O emprego das frações de infantaria no CMO" sob a responsabilidade do pesquisador RAFAEL DE PAULA SILVA e orientação do 1º-Tenente THALLES WILLIAN GONÇALVES DA SILVA. A presente pesquisa pretende analisar a o emprego das frações de infantaria em operações na região de fronteira do CMO contra os crimes de tráfico de drogas e contrabando e como isso impacta na soberania nacional. Sua participação é de caráter voluntário e se dará como segue:

Coleta de dados: a pesquisa terá como instrumentos de coleta de dados a aplicação de questionários e realização de entrevistas com militares de infantaria que já serviram ou servem no CMO.

Destino dos dados coletados: o pesquisador será o responsável pelos dados originais coletados por meio de questionários e entrevistas, permanecendo de posse dos mesmos por um período de 5 (cinco) anos, quando então os mesmos serão destruídos. Os dados originais serão guardados, tomando-se todo o cuidado necessário para garantir o anonimato dos participantes. As informações coletadas no decorrer da pesquisa, bem como os conhecimentos gerados a partir dos mesmos não serão utilizadas em prejuízo das pessoas ou da instituição onde a pesquisa será realizada. Os dados coletados por meio de questionários e entrevistas serão utilizados para a dissertação a ser apresentada a graduação de bacharelado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, bem como para divulgar os dados por meio de publicações em periódicos e/ou apresentações em eventos científicos.

Riscos, prevenção e benefícios para o participante da pesquisa: o possível risco que a pesquisa poderá causar aos voluntários é que os mesmos poderão sentir-se desconfortáveis, inseguros ou não desejarem fornecer alguma informação pessoal solicitada pelo pesquisador, por meio da aplicação de questionários ou na realização de entrevistas. Com vistas a prevenir os possíveis riscos gerados pela presente pesquisa, aos participantes ficam-lhes garantidos os direitos de anonimato; de abandonar a qualquer momento a pesquisa; de deixar de responder qualquer pergunta que achem por bem assim proceder; bem como solicitar para que os dados por ele fornecidos durante a coleta não sejam utilizados. O benefício esperado com o desenvolvimento da pesquisa será aprimorar a formação do oficial combatente do Exército Brasileiro.

Garantias e indenizações: fica garantido o direito às indenizações estabelecidas em lei aos indivíduos que, por algum motivo, sofrerem qualquer tipo de dano pessoal ou material causado pelos instrumentos ou técnicas de coleta de dados. O participante tem o direito de ser informado a respeito dos resultados parciais e finais da pesquisa, para isto, a qualquer momento do estudo, terão acesso aos pesquisadores responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de suas dúvidas; O participante não terá nenhum custo algum, nem receberá qualquer vantagem financeira no desenvolver da pesquisa, nem tampouco após sua conclusão; as respostas aos questionários e as entrevistas com professores ocorrerão em dia e horário convenientes para o participante; o participante poderá recusar participar da pesquisa ou optar por abandonar a pesquisa a qualquer momento sem que isso acarrete qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a). Para qualquer outra informação o senhor(a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (21) 99438-4679, inclusive ligações a cobrar, ou e-mail: rdepaulas227@gmail.com